

Relatório Executivo Plano Safra 2025/2026

Agricultura Familiar e Agricultura Empresarial

Redução de Subvenções, Juros Mais Altos e Menos Recursos para Investimentos

O Plano Safra 2025/2026 da Agricultura Familiar e Empresarial terá o custo de R\$ 13,5 bilhões ao Tesouro Nacional. O custo refere-se à subvenção concedida pelo Tesouro para equalização das taxas de juros dos financiamentos rurais do ano-safra 2025/2026. O montante é 17,5% inferior ao aportado pelo Tesouro na safra passada em meio ao aperto orçamentário do Executivo. Do montante total, R\$ 9,558 bilhões serão direcionados à subvenção das linhas de crédito da Agricultura Familiar, enquanto outros R\$ 3,942 bilhões serão destinados à equalização das taxas de juros da agricultura empresarial.

Essa é a previsão do impacto orçamentário total ao longo do período do Plano Safra. Na safra anterior, a 2024/2025, o governo destinou R\$ 16,37 bilhões para a equalização da safra - sendo R\$ 10,43 bilhões destinados ao subsídio dos financiamentos da Agricultura Familiar e R\$ 5,94 bilhões para a Agricultura Empresarial. O aporte do Tesouro no Plano Safra aumentou 20% de 2023 para 2024 e agora caiu 17,5%. O setor produtivo pleiteava R\$ 25 bilhões em subvenção do Tesouro para alavancar os recursos equalizados da política de crédito rural.

Ao todo, o Plano Safra 2025/26 terá R\$ 157,233 bilhões em recursos equalizados pelo Tesouro para Agricultura Familiar e Empresarial. O valor é 13,8% superior ao ofertado na temporada anterior, de R\$ 138,209 bilhões. Até 30 de maio, foram aplicados R\$ 113,5 bilhões em recursos equalizados nos financiamentos rurais. Do montante de recursos com taxas de juros subvencionadas pelo Tesouro nesta temporada, R\$ 113,778 bilhões irão para equalização das linhas voltadas a médios e grandes produtores, aumento de 22,6% ante o ciclo anterior. Outros R\$ 43,455 bilhões foram destinados para equalização dos financiamentos direcionados aos agricultores familiares, queda de 4,3%. Apesar da queda no aporte do Tesouro, o aumento nos recursos equalizados totais para a Agricultura Familiar e Empresarial deve-se à ampliação das Letras de Crédito do Agronegócio equalizadas.

As taxas de juros tiveram elevação, tanto para a Agricultura Familiar como também para a Agricultura Empresarial, há expressiva redução dos recursos para investimentos e incertezas sobre o volume reservado à equalização, apontando riscos à viabilidade do crédito rural. As taxas da nova safra variam de 8,5% a 14,0% ao ano nas linhas para médios e grandes produtores, com aumento de 1,5 a 2 pontos percentuais em relação à temporada passada. O Plano Safra destinará R\$ 101,1 bilhões para essa finalidade, o que representa queda de 5,4% em relação aos R\$ 107,3 bilhões da safra passada.

Agricultura Familiar

1. Visão Geral do Plano Safra

O governo federal lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026, com vigência entre 1º de julho de 2025 e 30 de junho de 2026. O plano contempla R\$ 78,2 bilhões em crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), valor recorde na série histórica e 2,9% superior à safra anterior (R\$ 76 bilhões). Somando todas as políticas de apoio, o volume total chega a R\$ 89 bilhões, frente aos R\$ 85,7 bilhões da safra 2024/2025.

2. Taxas de Juros e Incentivos Diferenciados

Modalidade	Taxa de Juros	Observações
Custeio de alimentos essenciais (arroz, feijão, leite, ovos, etc.)	3% a.a.	Mantida da safra anterior
Custeio de alimentos sustentáveis (orgânicos, agroecologia, sociobiodiversidade)	2% a.a.	Mantida da safra anterior
Financiamentos (diversos investimentos)	0,5% a 8% a.a.	Elevação de até 2 pontos percentuais em relação à safra 2024/2025
Investimento – Pronaf Floresta, Jovem, Bioeconomia, etc.	3% a.a.	Mantidas taxas e ampliadas finalidades (inclui avicultura, conectividade, etc.)

3. Destaques Estratégicos do Plano

Inovação e Inclusão

- Ampliação das linhas de crédito do Pronaf Investimento para incluir novas atividades:
 - Avicultura, ovinocultura, caprinocultura.
 - Conectividade rural e aquisição de equipamentos.

Sustentabilidade

- Incentivos mantidos para produções sustentáveis (orgânicos, agroecologia e bioeconomia), com juro de 2% a.a.
- R\$ 42,2 milhões destinados ao PGPM-Bio, garantindo preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade.

Proteção e Garantia de Renda

- R\$ 5,7 bilhões para seguro agrícola Proagro Mais.
- R\$ 1,1 bilhão para Garantia-Safra (preço mínimo).
- 167 mil contratos já renegociados via Desenrola Rural.

4. Alcance Social e Econômico

- 2,9 milhões de agricultores familiares cadastrados em 2025.
- O plano reforça o papel estratégico da agricultura familiar na segurança alimentar.
- Reforço da assistência técnica (Ater) com R\$ 240 milhões, essencial para qualificar a produção e acesso ao crédito.

5. Considerações da Consultoria:

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026 apresenta apenas avanços pontuais sobre a edição anterior, com ligeiro aumento real de recursos, manutenção das taxas mais baixas para alimentos essenciais e sustentáveis. Quem produz commodities, como soja e boi gordo, pagarão 8% ao ano, na linha de custeio.

Do valor ofertado em 2025/2026, R\$ 43,4 bilhões serão com juros equalizados, ou seja, com subvenção direta do Tesouro Nacional. Na temporada 2024/2025, foram R\$ 45,4 bilhões. Serão R\$ 40,2 bilhões para custeio e R\$ 37,9 bilhões para investimentos. Ao descontar a inflação acumulada no período, de 5,3%, o Plano é menor que os R\$ 76 bilhões anunciados para 2024/2025.

A linha de investimentos para compra de máquinas de pequeno porte, adaptadas à realidade de agricultores familiares, seguirá com juros de 2,5%. O limite agora foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil para famílias com renda anual de até R\$ 150 mil. São R\$ 500 milhões em linhas equalizadas para essa modalidade.

Colheitadeiras, tratores e implementos de até R\$ 250 mil poderão ser comprados com juros de 5% ao ano. Foram reservados R\$ 7 bilhões para essa linha com taxas equalizadas.

Evolução do Crédito no Pronaf (últimos 5 anos)

Safra	Valor Total Pronaf (R\$ bilhões)	Crescimento Anual (%)
2021/2022	39,3	—
2022/2023	53,6	+36,4%
2023/2024	71,6	+33,6%
2024/2025	76,0	+6,1%
2025/2026	78,2	+2,9%

Agricultura Empresarial

1. Visão Geral do Plano Safra

O Plano Safra 2025/2026 destina R\$ 516,2 bilhões à agricultura empresarial, um acréscimo nominal de R\$ 8 bilhões frente à safra anterior. Contudo, não há ganho real, considerando a inflação de 5,3%. Do total, R\$ 185 bilhões virão de CPRs via LCAs. Os recursos estão distribuídos em R\$ 414,7 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 101,5 bilhões para investimentos.

Produtores do Pronamp contarão com R\$ 69,18 bilhões, com juros de 10% ao ano, ante 8% na safra anterior. Para os demais produtores, as taxas de custeio sobem para 14%, e os juros dos investimentos variam de 8,5% a 13,5%. A equalização de juros pelo Tesouro aumentará de R\$ 92,8 bilhões para R\$ 113,78 bilhões.

A partir desta edição, será obrigatória a adoção do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para todas as operações de custeio acima de R\$ 200 mil, ampliando o controle climático sobre a concessão de crédito. Produtores que adotarem práticas sustentáveis terão acesso a condições favorecidas, como juros reduzidos e desconto adicional de 0,5 ponto percentual nas taxas de custeio, medida válida também para médios produtores e sustentáveis com recursos equalizados.

Além disso, o limite de renda anual para enquadramento no Pronamp foi ampliado de R\$ 3 milhões para R\$ 3,5 milhões, ampliando o acesso ao crédito com condições diferenciadas.

2. Recursos para Investimentos

O Plano Safra 2025/2026 teve aumento nas taxas de juros em quase todas as linhas e ampliação de recursos em programas estratégicos. O foco está na modernização tecnológica, ampliação da capacidade de armazenagem, práticas sustentáveis e na ampliação do acesso ao crédito para médios produtores e cooperativas. Veja os destaques:

- Inovagro: R\$ 4 milhões/beneficiário/ano (antes R\$ 2 milhões).
- PCA cooperativas: R\$ 200 milhões.
- PCA produtores individuais:
 - Grãos: R\$ 50 milhões/ano.
 - Outros produtos: R\$ 25 milhões/ano.
- Linhas Dolarizadas – BNDES Total: R\$ 18 bilhões em recursos para custeio e investimento.
 - R\$ 14,4 bilhões em linhas dolarizadas (juros entre 8,5% e 9,0% a.a.).
 - R\$ 3,6 bilhões em linhas em reais.

Programa	Recursos (R\$ bi)	Juros (% aa)	Destaques
Moderfrota Empresarial	9,5	13,5	Juros +2 p.p.; valor estável
Moderfrota Pronamp	3,08	12,5	Aumento de +2 p.p. juros
PCA (Armazéns)	4,5	10,0	Juros subiram; limite por silo dobrou (12 mil t)
– PCA para silos	3,7	8,5	Antes: 6 mil t e juros de 7%
RenovAgro total	5,8	10,0	+R\$ 0,35 bi
– Conversão de pastagens	2,1	8,5	Juros subiram de 7%
– Ambiental	0,25	8,5	Ampliação combate a incêndios
Inovagro (fusão c/ Moderagro)	6,8	12,5	Limite dobrado (R\$ 4 mi)
Proirriga	2,75	12,5	Juros subiram 2 p.p.
Procap Agro Giro	1,05	13,5	Reforço nominal e aumento juros
Pronamp Investimento	6,4 + 2,6 (obr.)	10,0	Total: R\$ 9 bi; estabilidade
Investimento empresarial	1,7	12,5	Valor estável ante safra anterior
Prodecoop	1,9	13,5	+R\$ 0,1 bi; juros subiram 2 p.p.

3. Considerações da Consultoria:

Pontos Positivos

Pronamp mais inclusivo: ampliação do limite de renda do Pronamp (de R\$ 3 mi para R\$ 3,5 mi) aumenta a base de médios produtores com acesso a crédito com taxas diferenciadas.

Incentivos à sustentabilidade: redução de juros (0,5 p.p.) para produtores sustentáveis e inclusão de práticas como reflorestamento, cobertura do solo e prevenção de incêndios no RenovAgro Ambiental fortalecem o agro sustentável.

Ampliação de capacidade no PCA: dobro de capacidade por projeto (6 mil → 12 mil toneladas) melhora a capacidade de armazenagem nas fazendas e cooperativas.

Unificação de linhas (Moderagro + Inovagro): simplifica o acesso ao crédito para modernização de instalações, com limite dobrado de financiamento (até R\$ 4 milhões).

Reforço nas linhas dolarizadas (BNDES): oferta de R\$ 14,4 bilhões em recursos dolarizados (juros entre 8,5% e 9,0%) amplia opções de financiamento, especialmente para exportadores ou produtores com receitas em dólar.

Pontos Negativos

Crescimento apenas nominal: os R\$ 8 bilhões a mais no orçamento não compensam a inflação (5,3%), gerando perda de poder real de financiamento.

Aumento generalizado nas taxas de juros

- Custeio geral: 14% a.a. (alta de até 2 p.p.).
- Pronamp: de 8% para 10%.
- Investimentos chegam a 13,5%.
- Mesmo programas sustentáveis, como RenovAgro, sofreram aumento nas alíquotas.

Estagnação dos limites de financiamento: exceto Inovagro e PCA, os limites por beneficiário foram mantidos, apesar do aumento de custos e da inflação. Isso reduz a capacidade de investimento proporcional ao tamanho e necessidade das propriedades.

Exigência obrigatória do ZARC: apesar de técnica e necessária, a obrigatoriedade imediata do ZARC em todas as operações acima de R\$ 200 mil pode gerar entraves operacionais, especialmente em regiões e culturas com zoneamento ainda limitado ou defasado.

Juros elevados nas linhas estratégicas: Moderfrota e Prodecoop, essenciais para renovação de máquinas e estrutura cooperativa, têm juros de até 13,5% a.a., o que pode inviabilizar operações, especialmente para produtores com menor margem ou cooperativas em expansão.

Baixa evolução no PCA geral: apesar da ampliação na capacidade de silo por projeto, o volume total de recursos (R\$ 4,5 bi) ficou congelado em relação ao ciclo anterior, com aumento de juros (de 8,5% para 10%).

Falta de medidas específicas para transição digital: o Plano avança pouco em mecanismos de financiamento para tecnologias digitais (agtechs, conectividade, IoT) ou adaptação climática além do ZARC e RenovAgro.

Carlos Cogo

Sócio-Diretor de Consultoria da Cogo Inteligência em Agronegócio